



SEGURANÇA PÚBLICA

Governo larga na frente na CPI das facções

Em vitória do Planalto, comissão que investigará crime organizado será presidida pelo senador Fabiano Contarato. Na tensa reunião, parlamentar vence Hamilton Mourão por 6 x 5 e promete um trabalho técnico. Alessandro Vieira é o relator

» ALÍCIA BERNARDES

Por apenas um voto de diferença, o governo atingiu o objetivo de comandar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado, no Senado. Numa sessão tensa e marcada por bate-boca entre parlamentares governistas e de oposição, o senador Fabiano Contarato (PT-ES) ganhou a briga para presidir o colegiado. O vice será Hamilton Mourão (Republicanos-RS), e o relator, Alessandro Vieira (MDB-SE). Em outra vitória do governo, a Câmara adiou a votação do projeto de lei que enquadra facções criminosas como grupos terroristas — uma ofensiva da oposição.

Na CPI, senadores bolsonaristas, que veem a comissão como um flanco para enfraquecer o governo, reclamaram da vitória apertada de Contarato, por 6 votos a 5. O senador Eduardo Girão (Novo-CE) chamou o resultado de “manobra vergonhosa”, enquanto o presidente temporário da sessão, Otto Alencar (PSD-BA), rebateu, afirmando que “não aceita lições” da oposição.

Já na presidência, Contarato enfatizou que a comissão deve atuar “com base em critérios técnicos e independência institucional”. “Essa CPI precisa ser um divisor de águas na segurança pública brasileira”, afirmou. Segundo ele, o objetivo é “transformar a indignação da sociedade em respostas concretas”. A pedido dele, o colegiado fez um minuto de silêncio em homenagem aos quatro policiais mortos na megaoperação no Rio de Janeiro contra o Comando Vermelho (CV). A ação das forças de segurança do estado resultou em 121 mortes.

Com duração inicial de 180 dias, prorrogáveis por mais 90, a CPI do Crime Organizado investigará a atuação de grupos como o CV e o Primeiro Comando da Capital (PCC), além de milícias que operam em diferentes estados. O colegiado também pretende apurar

Andressa Anholete/Agência Senado



A oposição tentou emplacar Flávio Bolsonaro (E) como relator. Contarato (D) promete comandar CPI com independência e transparência

fontes de financiamento, lavagem de dinheiro e possíveis conexões entre facções e agentes públicos.

O colegiado já aprovou os primeiros requerimentos de informação e convites a autoridades. Estão previstos depoimentos dos ministros da Justiça, Ricardo Lewandowski, e da Defesa, José Múcio Monteiro. Também foram aprovadas as oitivas de 11 governadores e seus secretários de Segurança Pública. Entre os convidados, estão Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Guilherme Derrite, de São Paulo; Cláudio Castro (PL), do Rio de Janeiro; e Jerônimo Rodrigues (PT), da Bahia. Também serão chamados os governadores de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul,



Será uma comissão para ir ao topo da cadeia criminosa, identificar e responsabilizar, não apenas os executores, mas também líderes, financiadores e cúmplices que lucram com a violência e a corrupção”

Fabiano Contarato (PT-ES), presidente da CPI

Amapá, Pernambuco, Ceará, Alagoas e Distrito Federal, representando tanto estados com altos índices de violência quanto aqueles com indicadores mais baixos.

De acordo com Vieira, os depoimentos pretendem ajudar a traçar um panorama nacional sobre a atuação das organizações criminosas e a resposta dos governos estaduais.

Os senadores também aprovaram convites para o promotor de Justiça Lincoln Gakiya, do Ministério Público de São Paulo, conhecido por investigar o PCC e que foi jurado de morte pela facção.

Já Lewandowski e José Múcio devem ser convidados para prestar esclarecimentos sobre as estratégias de enfrentamento ao crime

organizado e a integração entre forças federais e estaduais.

A CPI ainda avalizou um pedido de informações ao Ministério da Justiça. O relator solicitou o envio de relatórios e documentos produzidos entre 2021 e 2025 que detalhem dados sobre o crime organizado, rotas de tráfico e a presença de facções nos estados. “É necessário entender o alcance real das facções e propor medidas efetivas, sem improvisos nem disputas políticas”, disse Vieira.

Terroristas

Na Câmara, a sessão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que analisaria o projeto

Carreira como delegado

Delegado de Polícia Civil por 27 anos, Fabiano Contarato foi eleito senador pelo Espírito Santo em 2018, pela Rede Sustentabilidade — em dezembro de 2021, ele ingressou no PT. Natural de Nova Venécia (ES), formou-se em direito pela Universidade Vila Velha, onde também foi professor. É pós-graduado em direito penal e processo penal e possui especialização em Impactos da Violência na Escola pela Fiocruz. Em maio do ano passado, foi único senador do PT que votou a favor da derrubada do veto do presidente Lula ao projeto de lei que pôs fim à “saindinha” de presos.

de lei para classificar facções de terroristas foi adiada para hoje, segundo o presidente do colegiado, Paulo Azi (União-BA). O adiamento ocorreu após pressão do governo, que é contra o texto relatado por Nikolas Ferreira (PL-MG) e tenta aprovar sua própria proposta, o chamado Projeto Antifacção, enviado à Casa na semana passada.

O texto de Danilo Forte (União-CE) é uma das principais bandeiras do bolsonarismo no Congresso e ganhou força após a operação policial no Rio de Janeiro. O Planalto, no entanto, argumenta que a proposta pode ser usada para criminalizar movimentos sociais, e defende o projeto alternativo, que cria o crime de “organização criminosa qualificada”, com pena de até 15 anos, podendo chegar a 30, em caso de homicídio.

“O Projeto Antifacção é mais preciso e traz mecanismos para combater a infiltração desses grupos no mercado formal e no poder público”, afirmou o líder do PSB, Pedro Campos (PE).

CV usou 500 homens, afirma polícia do Rio

» IAGO MAC CORD*
» LUANA PATRIOLINO

O relatório sobre a megaoperação no Rio de Janeiro, produzido pela Secretaria de Polícia Civil do estado e entregue na segunda-feira ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), apontou que a facção criminosa Comando Vermelho (CV) usou cerca de 500 homens, com armamento pesado, para enfrentar as forças policiais. A ação, na terça-feira, ocorreu nos Complexos do Alemão e da Penha.

Moraes é o relator temporário da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, conhecida como ADPF das Favelas, e esteve no Rio para reuniões com o governador Cláudio Castro (PL) e com autoridades de segurança pública do estado, para esclarecimentos sobre a megaoperação, que resultou em 121 mortes, incluindo quatro policiais; e deixou 17 pessoas feridas, além de ter causado a suspensão de aulas e bloqueio de vias da cidade.

No documento entregue a Moraes, assinado por Castro, o governo do Rio de Janeiro afirmou que “cumpru integralmente os parâmetros

constitucionais e jurisprudenciais aplicáveis, assim como as diretrizes e determinações da ADPF”.

A operação tinha como finalidade o cumprimento de 100 mandados de prisão — sendo 51 de prisão e 145 de busca e apreensão, expedidos pela 42ª Vara Criminal da Capital, mais 19 mandados para foragidos e 30 mandados expedidos pelo Poder Judiciário do Pará. Ao todo, foram presas 99 pessoas.

O balanço trazido pelo relatório, porém, confirma que apenas 17 do total de presos tinham mandado, enquanto outros 82 foram presos em flagrante, além de 10 adolescentes apreendidos. Entre os presos, 29 eram de outros estados.

O relatório também afirmou que foram empregados 2.500 policiais na operação, sendo 1.800 militares e 650 civis, que portavam fuzis nos calibres 5.56 e 7.62, armamentos também empregados pelos criminosos nos confrontos. Além disso, ressalta que os criminosos vestiam roupas camufladas “para dificultar a identificação”. “Empregaram elevado poder bélico e métodos capazes de gerar risco letal difuso”, frisou. “Incluindo fuzis automáticos de uso militar

Estação Conteúdo



nos calibres 5,56x5mm, 7,62x39mm e 7,62x51mm; armas de altíssima potência (.50 e .30); granadas; pistolas com ‘kit rajada’; explosivos militares e artefatos explosivos improvisados; lançamento de cargas explosivas por drones; além de fortificações, trincheiras, casas-mata e armadilhas em terreno de difícil acesso”, acrescentou.

O principal alvo da ação era Edgar Alves Andrade, conhecido como Doca, que segue foragido, apesar da recompensa de R\$ 100 mil oferecida

pelo Disque Denúncia por informações que levem à sua localização — o mesmo valor oferecido para informações referentes ao traficante Fernandinho Beira-Mar, quando fugiu para a Colômbia.

Perguntada sobre Doca, a Polícia Civil do estado não respondeu ao questionamento. Entretanto, informou ao **Correio** que a ação foi “o maior baque no Comando Vermelho desde a criação da facção”. “A operação foi muito bem-sucedida, sem nenhuma vítima fatal inocente.

Infelizmente, quatro heróis — policiais civis e militares — perderam a vida defendendo a população. Por outro lado, 117 criminosos que escolheram o confronto foram neutralizados pelos agentes”, disse a polícia.

Direitos humanos

Hoje, Moraes se reúne com integrantes de entidades ligadas aos direitos humanos para debater a megaoperação. A audiência conjunta será na sala da Primeira Turma do STF.

A megaoperação nos Complexos da Penha e do Alemão deixou 121 mortos

Entre as entidades, estão Conselho Nacional de Direitos Humanos; Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; Instituto Anjos da Liberdade; Associação Direitos Humanos em Rede - Conectas Direitos Humanos; e outros.

Ao **Correio**, o diretor de litigância e incidência do Conectas, Gabriel Sampaio, afirmou que a expectativa é de que Moraes ouça as experiências das instituições que lidam com o tema diariamente. Ele reforçou a defesa de pontos que “precisam ser garantidos, como a atuação da Polícia Federal, a investigação independente e o papel do Ministério Público Federal nas apurações de abusos”.

Ontem, Moraes se encontrou com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). A pauta do encontro foi a integração entre os Poderes na formulação de medidas para fortalecer a segurança pública e aprimorar o uso de tecnologias no combate ao crime.

* Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa